

# Sarney diz como vai promover o pacto

*Dívida externa*

**Disse também que não aceita decisões unilaterais no caso da dívida externa. Foi num almoço com os jornalistas no Palácio da Alvorada.**

O presidente José Sarney definiu ontem o papel das Forças Armadas na nova Constituição, ao dizer que, além da missão de assegurar a integridade territorial contra o inimigo externo, elas também são as guardiãs da ordem interna, "porque esta tem sido uma constante em todas as constituições republicanas e porque este é um entendimento consagrado pelas nações desenvolvidas".

Sarney disse não ter qualquer reparo a fazer às manifestações do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, nesse sentido, assegurando que no que depender dele o preceito constitucional vigente será preservado. E discordou da tese segundo a qual a manutenção da ordem poderia induzir os militares a uma postura de tutela ou mesmo intervenção no processo político.

Em almoço com jornalistas políticos no Palácio da Alvorada, Sarney adiantou que espera promover o pacto político, econômico e social montado sobre documento escrito e envolvendo toda a sociedade brasileira, até o final do ano. Destacou que, antes mesmo desse pacto vir a ser formalizado, já se firmou o consenso de que não é possível pagar a dívida externa sem o desenvolvimento econômico em nível compatível com o atendimento às necessidades sociais mais urgentes. E alinhavou os seguintes pontos fundamentais de seu raciocínio: é inaceitável o aumento unilateral dos juros por parte dos credores; o protecionismo alfandegário incidente sobre determinados produtos de exportação está atingindo um nível insuportável; o aviltamento dos preços das matérias-primas é inquestionável; e assegurou que todos estes pontos não poderão deixar de ser levados em consideração nos entendimentos entre o Brasil e o FMI.

#### Novos relacionamentos

O presidente da República projetou uma visão otimista para o segundo semestre deste ano, prevendo que a exemplo da sensível aproximação entre a sociedade e o governo, também deverá ocorrer maior aproximação deste com o Congresso. Como parte deste novo relacionamento entre poderes com responsabilidades crescentes, Sarney informou que já a partir do próximo ano o Legislativo deverá examinar todos os orçamentos — monetário, fiscal das estatais —, e não apenas o orçamento da União, como acontece atualmente.

Quanto à interveniência do Congresso nas discussões com o FMI, disse o presidente que ela não será uma condição obrigatória, mas admitiu que o Legislativo poderia estar presente às negociações através de alguns de seus representantes. Em sua primeira



viagem ao Exterior, quando irá ao Uruguai, na primeira quinzena de agosto, Sarney convidará a integrar a delegação presidentes, e representantes dos partidos, tendo citado o deputado Miguel Arraes, primeiro vice-presidente que estará no exercício da presidência

PMDB quando o deputado Ulysses Guimarães ocupar interinamente a Presidência da República; o deputado Jorge Bornhausen, presidente da PFL; o senador Amaral Peixoto, presidente do PDS; e ainda os deputados Bocayuva Cunha, do PDT, e Bete Mendes (ex-PT), entre outros. Este mesmo procedimento deverá ser adotado quando de sua viagem a Nova York, em setembro.

O presidente da República anunciou que não vai envolver-se nas disputas eleitorais para prefeitos das capitais, por entender que esta postura contribuirá para evitar um maior desgaste da Aliança Democrática. "Nem mesmo no Maranhão", acentuou.

Sobre o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, informou que "a questão continua sendo considerada pelo Conselho de Segurança Nacional". E disse que "há um momento correto para tudo". Destacou que o Brasil tem uma visão própria do tratamento que deve ser dado ao problema da dívida externa e nesta visão não se inclui a dualidade ideológica Leste-Oeste. Ainda sobre política externa, Sarney confidenciou que seus interlocutores mais freqüentes, por telefone, são os presidentes Júlio Sanguinetti, do Uruguai, e Miguel de la Madrid, do México.

"Quanto à reforma agrária" — disse ele — "estou muito satisfeito com o apoio recebido da Igreja e das Forças Armadas. A questão é polêmica e haveria reações de qualquer maneira, mas é preciso que não haja dúvida de que ela se fará em favor dos interesses nacionais e não contra quem quer que seja."

O pacto nacional terá de ser firmado pelos partidos e pelos setores mais representativos da sociedade, para sustentação das instituições e para que o governo possa realizar reformas modernizadoras do País, por via consensual, segundo revelou o presidente José Sarney.

O chefe do governo insistiu em que prosseguirá trabalhando para costurar o pacto nacional, que não pode ser apenas social, porque daria a impressão de que visa apenas a exigir novos sacrifícios dos trabalhadores. Lembrou que até uma reforma neutra como a administrativa, que não contraria interesses poderosos, enfrenta resistências e dificuldades. Entende que ela é necessária porque um país do peso do Brasil precisa de uma máquina estatal que corresponda à sua importância e em que o serviço público esteja racionalizado e profissionalizado.

Ele defendeu a aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, de uma nova Constituição que não desça a detalhes e regulamentos porque, para isso, o Brasil tem a solução das leis complementares. Seria esse um dos caminhos para garantir a durabilidade da Carta Magna. Sarney insistiu ainda em que "se crie a mística da Constituição para que ela seja amada e respeitada". Ele não teme que a próxima Carta Magna seja apenas expressão de altos interesses econômicos, segundo denúncias de alguns políticos, porque, nesse caso, "seria um documento episódico". A seu ver, ela será o reflexo natural das forças sociais e políticas que hoje já se confrontam no Congresso.

Sarney considerou "muito bom" seu relacionamento com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e mesmo provocado, o presidente da República não admitiu reparos à ação de Ulysses nem à sua recusa em assumir a coordenação do pacto. Ele preferiu encampar a desculpa que lhe foi oferecida pelo líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual o dirigente oposicionista recusara o convite porque se encontrava muito cansado com o provimento dos cargos federais e decepcionado com o resultado da eleição para a presidência da Câmara, para qual acha que deveria ter sido conduzido por aclamação.

**Evanandro Paranaúba**